UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
JORNADA ACADÊMICA
ISSN: 2674-6670

Implicações da percepção cidadã acerca das leis anti descarte irregular de lixo em vias públicas

Hortência Araújo De Sousa, Gisele Pinto Nunes De Sousa, Léo Cesar Parente De Almeida e Marco Aurélio Oliveira Santos

As cidades brasileiras sofrem com os problemas causados pelo lixo urbano. Os resíduos descartados produzem impactos no meio ambiente que se não levado em consideração pode comprometer a capacidade de atendimento das necessidades das gerações futuras, pois o lixo é um dos atores responsáveis pela contaminação das águas, do solo e do ar. Esses resíduos são atualmente coletados quase que diariamente pelo serviço de limpeza pública dos municípios. Infelizmente, esse lixo as vezes acabam indo parar nas ruas, praças e outros lugares públicos da cidade por não haver conscientização da população. Visando mitigar esse problema diferentes policy makers tem idealizado políticas públicas que buscam multar aquelas pessoas que jogam lixo em vias públicas. É evidente que a identificação dessa falta de cidadania causaria a necessidade de refletir sobre as possíveis condutas e práticas, que aplicadas, poderiam ser a solução ou a minimização desses problemas. Nesse sentido, o objetivo do presente trabalho é captar a percepção das pessoas acerca dessa iniciativa política. Para tanto, foram coletados dados em mídias sociais e analisados no software Iramuteq para subsidiar as inferências que se seguem. Dos dados levantados 82,89% foram classificados de modo que ficou evidente que há uma percepção favorável a institucionalização dessa política, desde que, os recursos oriundos da cobrança de multas sejam aplicados em campanhas de conscientização, em melhorias na educação, na manutenção e limpeza da cidade de modo a manter a cidade limpa. Os participantes expuseram que a falta de educação e conscientização são as principais causas pelo descarte irregular de lixos em vias públicas, fato que justifica a institucionalização da multa como ferramenta de punição conscientizadora. Para tanto, necessita-se ampliar o papel da fiscalização por parte dos órgãos públicos quanto a cobrança das multas e, sobretudo na aplicação dos recursos por parte da prefeitura. Conclui-se que a participação cidadã é uma ferramenta eficiente na construção de políticas públicas com maior legitimidade, pois amplia a discussão e a tomada de decisão acerca dos problemas públicos.